

João Diogenes Ferreira dos Santos
Tânia Rocha Andrade Cunha
Acácia Batista Dias
Organizadores

ENTRECRUZANDO SABERES: GÊNERO, SEXUALIDADE,
MEMÓRIA E VIOLÊNCIA

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



NAVEGANDO

MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL POR MULHERES NO TERRITÓRIO DO SISAL – BA*

*Ozileide Matos Moreira¹
Acácia Batista Dias²*

Introdução

Este texto³ analisa a participação de mulheres protagonistas nas pautas de reivindicações femininas dentro da configuração do Território do Sisal, no estado da Bahia, a partir de suas trajetórias de vida, motivações e meios de inserção na esfera política. Essas mulheres revelam memórias dos dilemas enfrentados e das estratégias desenvolvidas junto às entidades nas quais estavam inseridas para conquistar avanços em uma realidade marcada pela desigualdade de gênero.

A atual denominação de Território de Identidade do Sisal é fruto de um processo histórico de construção ocorrido através da organização de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculados a Igreja Católica, ainda na década de 1970, em pleno período da Ditadura Militar no Brasil. A trajetória de sua formação possui características da aridez e do cultivo do sisal presente na região, mas também da emergência de várias organizações sociais que deram suporte aos processos de organização da sociedade civil na busca de promoção de espaços, a fim de alcançar seus interesses. (OLIVEIRA; DIAS, 2015).

Essa pesquisa utilizou como técnica para a identificação das mulheres protagonistas no cenário público-político do território as chamadas redes de informação, ou seja, dados coletados a partir de pessoas, entidades e instituições presentes no território. Os caminhos metodológicos utilizados para a aproximação das mulheres foi o acompanhamento em trabalho de campo de reuniões dos grupos de mulheres que já estão organizados tecendo redes sociais⁴ que identificaram as informantes para a pesquisa. Os dados sobre a

*DOI- 10.29388/978-65-81417-25-3-0-f.47-66

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Email: ozileidem@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANTERR - Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS – Email: acaciabatista02@gmail.com

³ Este estudo resultou na dissertação de mestrado intitulada “Lugar de mulher é onde ela quiser”. O protagonismo de lideranças femininas no Território do Sisal - Bahia, defendida em 2017.

⁴ Compreendido em Barnes (1978) como o conjunto das relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, num dado campo social.

história de vida⁵, a motivação e a maneira como se inseriram na vida pública foram analisados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas.

Em meio à crise política e social vivenciada de cerceamento de conquistas e direitos fazer memória da luta para melhorar as condições de vida da população, especialmente das mulheres, torna-se indispensável. Como ressalta Pierre Nora (1996) referindo-se às sociedades marcadas por experiências de padrões de mudanças rápidas:

O medo de que tudo está na iminência de desaparecer acompanhada com a ansiedade sobre o significado preciso do presente e a incerteza sobre o futuro, investe até a mais humilde testemunha, o mais humilde vestígio, com a dignidade de ser potencialmente memorável (NORA, 1996, p. 8).

Fazer memória é trazer à tona acontecimentos e sentimentos que ocorreram desde o passado ao tempo presente numa perspectiva de explicar fatos e de planejar ações futuras. Grosso modo, a memória é a capacidade biologicamente exclusiva dos seres humanos de armazenar fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações por meio de diversos recursos.

Na perspectiva de Halbwachs (2006) o amplo espectro de fenômenos possíveis relacionados à memória ocorre dentro da vida social. Por esse viés, a existência de uma memória estritamente individual não seria possível. A memória individual pode ser entendida como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas. Já a memória coletiva, é o exercício que um determinado grupo social realiza de articular e localizar lembranças em quadros sociais comuns. Assim, como Schmidt e Mahfoud (1993), o resultado desse processo é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que formam o conteúdo da memória coletiva.

O cenário estudado traz inscrito na sua história a memória individual e coletiva das mulheres acerca dos momentos em que não tinham espaços e direitos e de como traçaram uma trajetória de reivindicação e luta para superar a pobreza e as desigualdades sociais e de gênero, essas mudanças se deram a partir da década de 1970, por meio da ação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, apoiados por outros movimentos⁶ da sociedade civil, articulados com o apoio da igreja católica a partir das CEBs.

Alguns dos movimentos que surgiram no período permanecem atuantes, a exemplo do Movimento de Organização Comunitária (MOC), da Funda-

⁵ A história de vida aqui é entendida na concepção de Bourdieu (1996, p. 74) segundo o qual, “Falar de história de vida é, pelo menos, pressupor, e muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história”.

⁶ Os movimentos de maior destaque no período foram: o Movimento dos Mutilados do Sisal; a constituição e ou retomadas dos sindicatos; as caravanas de protestos e reivindicações de ações de combate aos efeitos da seca; a criação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais; a mobilização social em torno da implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). (OLIVEIRA, 2012).

ção de Apoio aos Trabalhadores da Região do Sisal (FATRES) e a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia⁷ (APAEB). Essa articulação conjunta dos movimentos sociais tem mobilizado ações com o objetivo de fortalecimento socioeconômico do território, baseados em princípios sustentáveis e com atenção as particularidades físicas da região e contando com a parceria de órgãos públicos (SILVA; OLALDE, 2010). Todos esses movimentos deram sua contribuição no sentido da organização dos agricultores em torno das discussões sobre a situação em que viviam, suscitando a consciência social e a valorização do pequeno produtor, a partir da solidariedade e da cooperação entre eles e uma maior participação na política a fim de se manter mesmo diante do rigoroso regime militar, em vigor no período.

A articulação de atores sociais teve como objetivo estimular o funcionamento de instituições, cujo papel era fomentar a proposição e gestão de políticas públicas, principalmente voltadas para a agricultura familiar e para o campo. O Território do Sisal conta com um rico tecido de mobilização social no qual é notória a atuação dos movimentos de mulheres nas lutas, nas pautas e nas conquistas que resultaram em transformações socioeconômicas e nas relações de gênero.

Trajatória de participação e luta por direitos das mulheres no Território do Sisal

Ao longo dos anos 2010, o Estado brasileiro buscou promover o desenvolvimento nacional a partir da retomada de sua capacidade de investir e planejar o país, parte dessa iniciativa constituiu uma agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário com igualdade entre mulheres e homens, reconhecendo as distinções entre os diferentes segmentos da agricultura familiar e o papel ativo destas populações na superação dos entraves ao desenvolvimento. A partir de políticas e programas o Estado buscou atuar no combate às desigualdades de gênero, raça e geração de renda ainda presentes no Brasil, assim, Butto (2014) explica que:

Como parte desta estratégia, qualificaram-se programas já existentes e impulsionaram-se novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais. São ações que contemplam garantia dos direitos à cidadania, acesso à terra e aos recursos produtivos, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo, além do alargamento dos direitos das mulheres rurais no cenário internacional. (BUTTO, 2014, p. 14).

⁷ A APAEB foi fundada em 1980, com sedes em cinco municípios do interior do estado: Serriinha, Araci, Feira de Santana, Ichu e Valente. O primeiro nome foi substituído para Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, no entanto, a sigla foi mantida por ter se tornado uma ‘marca’ conhecida. Até 1990, as APAEBs permaneceram sob um comando único, mas em 1991 foi definida a municipalização, com cada comunidade local definindo sua diretoria e organização. A partir daí surgiu a APAEB Valente (Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente), com maior destaque atualmente. (SILVA; SILVA, 2006).

A participação social da mulher no Território do Sisal, principalmente como atuante na sociedade civil, é anterior a elaboração de planos e propostas do poder público com vistas a equidade de gênero, porém a visibilidade da sua presença e atuação é omitida em boa parte dos documentos que relatam essa história. A ampliação da ocupação de espaços sociais por mulheres proporciona melhorias nas condições cotidianas de vida, especialmente quando tal presença é assistida por entidades que proporcionam formação socioeconômica e política, e as tornam cientes dos seus direitos. Contudo, onde existe ausência de programas ou falta de acesso aos serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado, a vacância faz com que essas mulheres reafirmem a sua condição, socialmente imposta de cuidadoras das pessoas doentes da família; sejam elas as responsáveis pelas crianças na ausência de creches ou no caso de redução de vagas nas escolas; e além da assunção de todas as tarefas domésticas, são elas que garantem o abastecimento e água, nas regiões que sofrem as sazonalidades da seca (SAID, 2012), como é o caso do Sisal.

Observa-se que romper com essa definição do lugar da mulher e alcançar outros espaços se constitui em tarefa árdua e traduz a necessidade de ações coletivas, além do amparo do Estado. É certo que o protagonismo feminino se evidencia em todas as regiões do Brasil, como parte importante na construção de um projeto de sociedade mais justa e igualitária. É com esse argumento que a Secretaria de Política para Mulheres⁸ elaborou, e o governo federal apresentou para a sociedade brasileira, o Plano Nacional de Política para Mulheres (PNPM). Esse documento formaliza a inclusão da perspectiva de gênero em todas as políticas públicas existentes no país.

As políticas públicas visam atender a demandas históricas dos movimentos de mulheres como o aumento do número de creches, o enfrentamento massivo a violência doméstica e de gênero, ampliação ou implantação de especialidades médicas em algumas regiões do país e tantos outros direitos essenciais das mulheres. Nesse sentido, as políticas públicas assumem papéis distintos e decisivos, sendo o principal, orientar as decisões do Estado com a intenção de garantir plenamente o fim das práticas históricas que permeiam o distanciamento de espaços e direitos entre homens e mulheres.

No Território do Sisal a organização política das mulheres é anterior a algumas ações em nível nacional, os registros datam da década de 1980, através dos Clubes de Mães, cujo objetivo inicial era reivindicar creches para seus filhos e melhorias habitacionais e sanitárias, como a construção de cisternas e fossas sépticas, porém, ampliou-se a pauta de reivindicações dos seus direitos, incluindo a auto-organização e a conquista de espaços na esfera pública. Desse processo surgiram às primeiras demandas para a constituição do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), nos municípios de Araci e de Retirolán-

⁸ Em 2003 com *status* de ministério foi constituída a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), ligada à Presidência da República. Em outubro de 2015, a SPM foi incorporada ao recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, mas o mesmo foi extinto em maio de 2016, e os temas referentes à pasta passaram a ser discutidos no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania. (SPM, 2016).

dia, trata-se de um espaço de luta onde se aborda temáticas do interesse das mulheres e onde elas se fortalecem para reivindicar e acessar seus direitos. (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, 2015).

Outras ações foram desenvolvidas nas décadas seguintes, em prol da ampliação dos direitos e espaços “das mulheres do Sisal”, como a constituição legal do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sisal (CODES), apresentando um processo de mobilização social intenso. Nos anos 2000, as organizações de mulheres foram ampliadas, existem além dos MM-TRs⁹, os Coletivos de Mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais, a Rede de Produtoras da Bahia e as dezenas de Empreendimentos Econômicos Solidários formados por mulheres¹⁰, de forma articulada essas organizações passaram a ter maior representatividade no cenário político baiano e nacional, ocupando espaços como os Conselhos Municipais, Territoriais, Estadual e Nacional (FIRMO, 2010).

Dentre as principais demandas das mulheres rurais do Território do Sisal destaca-se ausência de documentação para a Trabalhadora Rural que a impossibilita de acessar as políticas de reforma agrária e agricultura familiar, realidade que estava sendo superada com do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), política importante para garantir a efetivação da cidadania e o acesso às políticas públicas para as mulheres no campo. A ausência de documentação gerava uma maior dependência financeira, reforçando a reprodução de relações sexistas de trabalho, preservando as desigualdades socioculturais de gênero. Esta documentação representa uma conquista do protagonismo dos movimentos de mulheres.

Outra demanda importante é a geração de renda e autonomia financeira. Muitas mulheres vivem amparadas no paradigma que prioriza o homem como chefe da família, o que as submete a uma situação de dependência masculina, do marido, pai ou irmão. O trabalho rural da mulher nesse contexto é invisibilizado financeiramente. Para modificar essa realidade, as mulheres adotaram a estratégia de constituição de Empreendimentos de Economia Solidária como alternativa para complementar os poucos recursos financeiros provenientes da atividade rural. A formação de grupos de produção contou com o apoio das entidades atuantes na área sisaleira para capacitação feminina e orientação na organização e gestão do trabalho, bem como comercialização e participação nos editais do governo.

Endossa a pauta de reivindicação o debate sobre a violência doméstica, a qual ainda possui números alarmantes e requer medidas urgentes. Entre as principais exigências e lutas no território estão o incentivo a criação de Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres e o fortalecimento dos existentes, além de um Centro de Referência Territorial para as mulheres e a proposição da implantação de uma Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM), no Território do Sisal, até o momento inexistente, o que inibe as mulheres a de-

⁹ Presentes nessa época nos municípios de Araci, Retiroândia, Santaluz, Serrinha e Teofilândia.

¹⁰ Entre os quais destaca-se aqueles situados nos municípios de Araci, Conceição do Coité, Nordestina, Queimadas, Retiroândia, Santaluz, Serrinha e Valente.

nunciarem seus agressores e conseqüentemente aumenta a impunidade. Cumprir a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) nos territórios rurais é um grande desafio, pois a denúncia nem sempre é possível. Existe uma realidade concreta de discriminação e de não garantia a proteção à mulher.

A promoção da equidade de gênero e a efetivação das políticas afirmativas são alguns dos principais eixos de luta dos movimentos de mulheres no Território, de modo que, esse debate tem permeado os espaços de representação ocupados por mulheres, que a partir de sua atuação e mobilização têm sido protagonistas no processo de (re)construção da efetiva cidadania feminina.

Memórias do início: a Igreja Católica como coadjuvante, a Ditadura Militar como cenário e os Sindicatos como espaço de luta

As primeiras pautas sobre demandas de interesse das mulheres foram reforçadas por meio de movimentos mistos na década de 1970, formados a partir das CEBs¹¹, da igreja católica. Entre os motivos de êxito destas comunidades está o caráter flexível de sua forma organizativa, no resgate das relações primárias como espaço de reconhecimento pessoal para seus membros, na aceitação das formas de religiosidade e expressão popular e culminou em uma prática em que cuja motivação constante era a participação ativa e consciente de cada membro e esse objetivo pesava na avaliação de cada atividade. (SADER, 1988).

Esta influência religiosa se fez presente na formação sociopolítica das mulheres do sisal e foi descrita por uma das entrevistadas ao destacar o momento em que a igreja mobilizou as comunidades do território para esse modo de vida em sociedade, deixando de lado apenas os interesses individuais para se articularem em função do coletivo. Em sua fala, ela destaca o papel da igreja como fundamental no processo de reconhecimento de direitos. “Isso aconteceu, foi num estudo, [...] que a gente teve aqui no Papagaio com uns padres italianos [...], aí eles motivaram a gente a se reunir e discutir. [...] o valor de quem trabalha na caneta e quem trabalha na enxada”. (Erenita, 68 anos, agricultora familiar, Valente/BA). Iniciava-se assim uma reflexão que ampliava o debate urbano *versus* rural, ao introduzir a perspectiva de condições, visibilidade e labor das pessoas do campo, em especial a situação feminina.

A formação dos movimentos sociais no território no final da década de 1970, ainda no período do regime militar no Brasil, foi marcada pela presença majoritária de homens, porém as mulheres se fizeram presentes ainda sem pauta específica, mas somavam-se ao processo de mobilização e organização destes movimentos. O regime ditatorial impunha a impossibilidade de reunião de grupos, fato que provocou a criação de estratégias de ação, assim, as reuniões eram realizadas em lugares diferentes, inclusive embaixo de árvores e na beira de estradas e as pautas eram elencadas naquele momento para posteriormente serem encaminhadas.

¹¹ A expressão “comunidades eclesiais de base” se reporta em sua conceituação à base religiosa para uma vivência em comunidade, em função do coletivo. (SADER, 1988)

Uma das entrevistadas relembra no espaço do campo, ao lado do que restou de uma cajazeira, que era embaixo daquela árvore, que ela, seu esposo, os padres e demais companheiros de luta se reuniam para discutir pautas e planejar ações e sob a qual enterraram muitas das anotações feitas durante às reuniões. A árvore, mesmo morta representa para ela um símbolo da resistência no início da mobilização social no Território do Sisal.

Essa árvore infelizmente morreu na seca, mais ficou a raiz dela, essa raiz que a gente plantou de organização social, de movimento social, porque foi muita história bonita que a gente tem aqui debaixo dela e eu tenho certeza que ela guardou muitas e muitas histórias bonitas que hoje a gente tem muitos resultados. O resultado de a gente poder se libertar, o direito da gente falar, o resultado da gente ter muitas conquistas: a conquista de cisternas, conquista de uma educação digna, conquista de uma saúde digna, que ainda precisa melhorar, mas que nós temos melhor do que o que era antes. (Terezinha, 58 anos, agricultora, Retirolândia/BA).

A clandestinidade das reuniões e a presença feminina nas mesmas aconteciam de forma tensa. Para as mulheres a participação nessas mobilizações eram acompanhadas de críticas, preconceitos e maldizeres por parte da comunidade. Pois estas saíam do espaço restrito ao âmbito doméstico para se envolverem em questões maiores, em um contexto de cerceamento de expressão e de direitos.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) tiveram um papel fundamental na mobilização/articulação social no Território do Sisal, as lembranças das entrevistadas evidenciam que tal atuação superou o papel de representação da categoria de trabalhadores/as rurais. As ações destes sindicatos foram abrangentes e continuam não apenas na organização e lutas de classe diante do poder público, mas, igualmente, na participação para efetivação de melhores condições de vida dos sujeitos rurais.

Entretanto, o direito à filiação das mulheres casadas nos sindicatos foi conquistado por meio de mobilização e luta. Ao relembrar a inserção e participação feminina no sindicato, uma das entrevistadas descreve. “[...] ocupamos o sindicato não sei quantas vezes e aí a gente propôs para o presidente que a gente queria se filiar, a mulher, mesmo casada [...] o juiz botava a gente pra fora, a gente ficava lá fora, quando o juiz afastava a gente tornava a ocupar o sindicato”. (Jacy, 57 anos, agricultora e professora, Serrinha/BA).

A filiação de Jacy e de suas companheiras no sindicato só aconteceu depois de muito enfrentamento. Embora presentes nos movimentos reivindicatórios, o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos foi conquistado a partir de muitos embates, quer entre os próprios companheiros de luta quer pelos órgãos públicos. Outra entrevistada, Gilca (45 anos, assistente social, Conceição do Coité/BA), também relata esse processo, ela lembra que sua mãe foi uma das primeiras mulheres casadas a se sindicalizarem em Conceição do Coité, segundo ela só a partir de 1994 é que o sindicato assume uma nova roupagem e passa a inserir as mulheres no quadro social e em algumas diretorias. A

participação feminina no quadro gestor do S^TR representou a inserção em um espaço importante de formação, organização, reivindicação e conquistas de direitos.

Memórias do protagonismo em prol da garantia de direitos das mulheres e rebatimentos socioeconômicos no Território do Sisal.

A trajetória de luta e reivindicação em prol dos direitos sociais suscitou a realização de ações para ampliar os espaços de participação das mulheres no Território, como a constituição legal do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sisal (CODES), apresentando um processo de mobilização social intenso. Nos anos 2000, as organizações de mulheres foram ampliadas e passaram a fazer parte desse escopo além dos MMTRs¹², os Coletivos de Mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais, a Rede de Produtoras da Bahia e as dezenas de Empreendimentos Econômicos Solidários formados por Mulheres¹³, de forma articulada essas organizações conquistam maior representatividade no cenário político baiano e nacional, ocupando espaços como os Conselhos Municipais, Territoriais, Estaduais e Nacional. (FIRMO, 2010).

Diante de suas necessidades e demandas, as mulheres se mobilizaram também por pautas e questões específicas das relações de gênero, dentre as quais algumas são explicitadas por Carmelice (67 anos, trabalhadora rural, Retirolândia/BA), ao relatar que: “Primeiro vem a questão da saúde, que a gente teria que lutar por uma saúde melhor. Depois vem a questão da previdência, que foi uma luta forte, a mulher era mais discriminada ainda”. Contudo, na avaliação dos avanços, Gilca (45 anos, assistente social, Conceição do Coité/BA) pontua que as mulheres ainda precisam lutar por tudo, ou seja, por segurança, por saúde, por educação, por terra e por lazer. Ainda faz parte desta realidade a cultura machista, onde imperam papéis determinados para homens e mulheres, que define uma mulher honesta como aquela que é voltada para o espaço doméstico e entorno e a transgressão a essa regra sofre críticas e preconceitos.

A esfera da vida privada foi sempre o lugar da privação, não apenas em referência à privacidade ou intimidade, mas sim à restrição sustentada em uma relação social baseada na divisão sexual do trabalho, que guarda heranças da hierarquia patriarcal, na qual há uma explícita superioridade masculina em relação às mulheres. A opressão feminina foi introjetada como atributo de identidade, onde o sentido da sua existência definia-se em depender e servir ao outro em relação de pertencimento recompensada pela proteção de um senhor, na qual as mulheres tornavam-se isentas de responsabilidades sobre si próprias. (ARENDDT,1988).

Os MMTRs têm sido um articulador importante das demandas femininas e dentre suas reivindicações está o Programa Nacional de Documentação

¹² Presentes em Araci, Retirolândia, Santaluz, Serrinha e Teofilândia.

¹³ Entre os quais destacam-se os de Araci, Conceição do Coité, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, Serrinha e Valente.

da Trabalhadora Rural (PNDTR)¹⁴, um aliado importante para a garantia de direitos das mulheres rurais. Uma diretora de mulheres do STR do município de Araci descreve como ocorreu essa transformação na realidade das mulheres, assim, relata que muitos homens já mudaram de opinião, enquanto mulheres mudaram de vida em função do trabalho do MMTR e das conquistas realizadas através do PNDTR.

Quase toda mulher hoje tem documento [...] era muito difícil, a maioria das mulheres da zona rural não tinha documento e depois do trabalho de formiguinha do MMTR, buscando essas políticas para o município, para o território... hoje quase toda mulher tem essa documentação em mão. [...] e hoje é o título da terra, as mulheres terem a DAP pra acessar o crédito, não ficar só esperando que o homem faça, quando a mulher faz a DAP (Declaração de Aptidão do PRONAF), ela já inclui a família toda. (Maria José, 46 anos, agricultora, Araci/BA).

Para Maria Raimunda (55 anos, lavradora, Queimadas/BA) a documentação da trabalhadora rural foi uma conquista muito importante, no entanto, afirma que muitas mulheres no território ainda não conquistaram esse direito básico por não ter quem lute por elas. Ela relata que sem a documentação a pessoa não é reconhecida como cidadã, é inexistente para o Estado, não pode ser atendida em postos de saúde, frequentar instituições de ensino, nem acessar nenhum direito básico ou programa de assistência social, e no âmbito doméstico gera maior dependência, reforçando a reprodução de relações sexistas de trabalho, preservando as desigualdades socioculturais de gênero. A documentação representa uma conquista da ação dos movimentos de mulheres. São situações como essas que o protagonismo de mulheres no Território do Sisal possibilitou transformar.

O sistema capitalista de produção potencializou a desvalorização social do trabalho reprodutivo feminino, e neste âmbito, a “invisibilidade” do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, tanto nas zonas rurais como urbanas e quando inseridas no mercado de trabalho formal são destinados a elas setores e postos de trabalho precários. (FERREIRA, 2005). Para uma das entrevistadas que atua como professora e militante, a desigualdade salarial ainda é um desafio a ser superado no Território, assim como meio para geração de renda para as mulheres.

As dificuldades ainda são a questão de recursos financeiros, porque apesar da gente ter avançado nos grupo de produção, em termos de outros trabalhos, se referindo à zona rural, a mulher trabalha do tanto do homem, ou mais do que alguns homens e ainda ganha menos e isso pra

¹⁴ O PNDTR tem por objetivo assegurar às mulheres dos territórios rurais o acesso a documentos civis, previdenciários e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visa efetivar a condição de cidadã da mulher, fortalecer sua autonomia e possibilitar o acesso às políticas públicas, por meio da articulação dos diversos agentes públicos e da sociedade civil. Ver mais em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/programa-nacional-de-documenta%C3%A7%C3%A3o-da-trabalhadora-rural-pndtr>> Acesso 17 abr. 2017.

gente ainda é uma dificuldade, a gente tem tentado, mais tem algumas mulheres que ainda trabalham [...] se a gente trabalha e não valoriza o trabalho da gente, claro que ninguém vai tá valorizando não. Então, ainda tem essa dificuldade, se é trabalho igual, eu tenho que receber igual. (Jacy, 57 anos, agricultora e professora, Serrinha/BA).

Na agenda de reivindicações, velhas pautas mantêm-se atuais, o que significa que os avanços em direção as conquistas são lentos. A violência doméstica é uma que se mantém presente, vitimando mulheres de todas as classes sociais e idades. Uma das entrevistadas, Iracema (51 anos, agricultora familiar, presidente da APAEB, Valente/BA), revela em seu depoimento preocupação com essa questão, pois há um ciclo de agressividade preocupante por parte dos homens, onde estes maltratam e até mesmo cometem assassinatos contra suas companheiras, inclusive nos municípios do território.

A luta social contra a violência doméstica enfrenta muitos obstáculos, para superá-los é necessário estabelecer parcerias com os instrumentos sociais, leis e instituições para garantir proteção às mulheres inseridas nessa realidade. Para as autoras Basterd e Pitanguy (2011), a questão da violência doméstica e contra a mulher não constitui um campo minado como o dos direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que existe uma legitimidade social na luta contra a violência de gênero sofrida pelas mulheres, o que permite a ampliação de parcerias e estratégias para combatê-la. Órgãos do governo, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e organizações da sociedade civil têm firmado parcerias e executado ações exitosas de *advocacy* no combate e prevenção desta violência.

O espaço público político também tem se mantido como de domínio masculino, prática preservada pelo modelo político coronelista sustentado no território. Cristiana (37 anos, presidente do STR, Ichu/BA) já concorreu a cargo eletivo e reforça que as mulheres devem ter mais determinação, ter mais vontade e coragem, pois a participação da mulher nas políticas partidárias representa mais uma forma delas buscarem seus direitos e defenderem seus projetos. Outras entrevistadas enfatizam a questão da participação política da mulher e consideram que ainda há pouca representatividade, especialmente entre os cargos de prefeita e vereadora, fato que promove ações de mobilização e formação política que fomentam a conquista desses espaços.

A promoção da equidade de gênero e a efetivação das políticas afirmativas são alguns dos principais eixos de luta dos movimentos de mulheres, de modo que, esse debate tem permeado os espaços de representação ocupados por elas, a partir da atuação e mobilização protagonizam o processo de (re)construção da efetiva cidadania feminina. No entanto, a participação política partidária ainda é incipiente no território, no caso dos cargos eletivos, os partidos políticos têm aumentado o número de filiadas em decorrência da criação de reserva de candidatura para mulheres, através do artigo 10§3º da Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), alterado pela Lei nº 12.034, de 2009, todavia, há pouca inserção das mulheres nas instâncias de decisão.

A participação política das mulheres contribuiu para construção da democracia e da cidadania, uma vez que, elas constituem mais da metade da população brasileira. No entanto, é relevante enfatizar que a questão da participação da mulher na política ainda é um fenômeno em construção; os espaços políticos inicialmente ocupados pelos homens ainda está permeado por concepções preconceituosas da não preparação da mulher para assumir cargos públicos com efetiva possibilidade do exercício do poder. (CARMO; SILVA, 2008, p.12).

O Território do Sisal é um terreno fértil para a atuação dos movimentos sociais e os movimentos de mulheres fazem parte dessa configuração social. O protagonismo das mulheres é evidente, não apenas pela sua mobilização e luta conjunta, mas por figurarem todos os desafios impostos pelas relações desiguais de gênero em um cenário áspero, palco de disputas constantes. Maria Vandalva Oliveira, coordenadora pedagógica do MOC, traz a memória de modo pessoal e profissional através do seu depoimento, no qual rememora o protagonismo das mulheres do sisal e sua participação de dentro nessa trajetória de embates, onde viu surgir o primeiro Movimento de Mulher Trabalhadora Rural, simultaneamente nos municípios de Araci, Retirolândia, Serrinha e Teofilândia.

Foi no Território do Sisal que nós acompanhamos as primeiras revoltas das mulheres por serem proibidas de se filiar nos sindicatos [...] essas mulheres começaram a reagir a essa condição de submissão e de negação de direitos, e aí é quando elas então se organizam no Movimento de Mulher Trabalhadora Rural era pra poder dizer “nós somos trabalhadoras rurais, organizadas nos sindicatos de trabalhador e trabalhadoras rurais, mas nós também precisamos construir um movimento próprio, uma auto-organização das mulheres” [...] pensando em toda a estrutura de organização e produção: da rede de produtoras que elas conseguiram formar os empreendimentos de economia solidária, pensando no movimento de mulheres que se expandiu pra outros territórios e que depois se organizou no movimento de mulheres regional do nordeste da Bahia. Pensando assim é inegável que as mulheres têm protagonizado a história (Vandalva, 46 anos, coordenadora do MOC).

Sobre a trajetória de vida e luta o relato a seguir indica o caminho traçado para que as companheiras e para que as gerações futuras possam dar continuidade e se encorajem para alcançar esses espaços.

Eu escrevo em resumo de tudo dizendo assim, que a política partidária ela tá aí, é problemática, tem as suas problemáticas mais precisa ter mulheres de coragem pra estar participando das políticas tanto partidária como das políticas públicas para um melhor mundo no futuro, não é. E eu acredito que não quero morrer agora pra eu estar nesta luta ajudando na construção desse mundo do qual a gente espera para os nossos netos, bisnetos... (Carmelice, 67 anos, trabalhadora rural, Retirolândia/BA).

Tratar das mulheres protagonistas do sisal, suas lutas e agendas requer lembrar a militante Maria Madalena dos Santos Silva, que dedicou 33 anos da sua vida ao MMTR e foi a primeira mulher a assumir a presidência de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Território do Sisal, no município de Araci. Maria Madalena representou bem a luta por mais direitos e por mais espaços das mulheres do sisal, envolvendo-se em atividades para geração de renda, para a construção de cisternas nas comunidades, por meio do fundo rotativo e desenvolvimento de práticas que ajudassem na agricultura familiar. Ela participou de mobilizações, da luta que desencadeou o reconhecimento constitucional das mulheres como trabalhadoras rurais e com direito a aposentadoria especial. Ela faleceu em 2013 e deixou o legado de batalha para as mulheres do sisal pelas tantas bandeiras, comuns em muitos lugares do mundo, sobretudo pelo fim da violência doméstica, sexual, econômica, verbal, psicológica e política¹⁵.

O que não pode ser esquecido: o caminho construído para uma efetiva igualdade de gênero no território.

Para Ghon (2004), não se muda uma sociedade apenas com participação em uma escala micro do plano local, mas é a partir desse plano que se dá o processo de transformação na sociedade. É na espacialidade de um dado território, que se concentram energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder específico daquela região; no lugar, onde essas experiências ocorrem, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se sustenta da solidariedade como valor humano. Assim, a autora infere que:

É no território local que se localizam instituições importantes no cotidiano de vida das populações, como as escolas, os postos de saúde etc. Mas o poder local de uma comunidade não existe a priori, tem que ser organizado, adensado em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política. (GHON, 2004, p. 24).

A incorporação de políticas de inclusão da perspectiva de gênero no âmbito do desenvolvimento local demanda de uma decisão política das instituições envolvidas, requer um cuidado teórico e conceitual criterioso dos referenciais analíticos e técnicos que orientem a elaboração da proposta conceitual e a prática das equipes técnicas dos territórios de atuação. O critério adotado é o da valorização dos atores sociais comprometidos com a transformação das relações de gênero. Para isso é necessário construir parcerias e relações de assessoria junto às organizações feministas e dos movimentos de mulheres. (ZAPATA, 2007).

De forma geral, esses movimentos são ligados a entidades mais abrangentes, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e

¹⁵ Informações disponíveis em <http://www.moc.org.br/>. Maria Madalena dos Santos Silva se tornou emblemática no movimento de mulheres, o qual reconhece a sua contribuição e preserva a sua memória.

Agricultoras Familiares (CONTAG), a CUT e o MST (ARO, 2012). O relato de uma entrevistada enfatiza a dificuldade, antes da formação do MMTR, de participação das mulheres no espaço público das associações e sindicatos no território, onde a representação de interesses era voltada predominantemente para a figura masculina.

Eu comecei indo participar de uma reunião da associação comunitária, como uma filiada, mas não fazia parte da diretoria. O tempo foi se passando e foi caindo à ficha que na diretoria quem ocupava o cargo era só homem e depois fiquei pensando assim, por que a gente só tem dever e não tem direito? A partir daí começamos discutindo, mesmo nas reuniões da associação, com o grupo todo, não era um grupo específico só de mulher, mas a gente já conversava com as mulheres a questão da gente tá discutindo a questão dos direitos da gente, apesar da gente saber que a gente tinha, mas não tinha nada disso garantido. (Jacy, 57 anos, agricultora e professora, Serrinha/BA).

Na origem dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais do país, na década de 1980, as principais questões colocadas foram: a legalização e o reconhecimento da profissão de agricultora, visando superar a situação de doméstica nas atividades rurais e a invisibilidade produtiva da mulher trabalhadora; direitos sociais, como aposentadoria, pensão por viuvez, licença maternidade e direito à sindicalização também faziam parte da pauta; assim como questões relacionadas à saúde da mulher. As questões ligadas ao acesso à terra, ao crédito e às demandas de gênero, mais propriamente ditas foram pautadas posteriormente. (PAULILO, 2000).

A Constituição de 1988 foi um grande marco, pois oficializou uma série de direitos e conquistas das mulheres, uma das entrevistadas relembra que nesse momento o Brasil era um país de fato, mas não de direito, então antes disso a população se valia com o que tinha. Outras entrevistadas ressaltam conquistas que rebateram diretamente nas trabalhadoras rurais como o salário maternidade e a aposentadoria da mulher com 55 anos.

As reivindicações dos movimentos de mulheres, especialmente, os das trabalhadoras rurais sempre enfrentaram certa resistência por parte dos órgãos responsáveis e da própria sociedade o que salienta ainda mais as conquistas de muitas dessas demandas, ainda que, considerando às carências de muitas outras e a disparidade de direitos que ainda vigora entre homens e mulheres. (MOCELLIN, 2009). A assistente social do Município de Conceição do Coité, Gilca Moraes, refere-se a alguns desses avanços, afirmando que existe um leque muito grande de conquistas, como também ainda existem muitos entraves, dentre os quais um dos principais é garantir que essas políticas sejam aplicadas de maneira adequada a favorecer a melhoria da qualidade de vida das mulheres. Segundo ela, o sistema ainda é lento e cria algumas redes que não se comunicam entre si.

A persistente desigualdade entre homens e mulheres se constitui como um impedimento para a liberdade reprodutiva e sexual das mulheres e a violência na vida cotidiana tem sido um forte mecanismo de manutenção da domina-

ção masculina. Decorre dessa constatação a necessidade de garantir que “Políticas públicas dirigidas a esses direitos devem estar voltadas para a justiça social, e para isso, elas têm de ser formuladas e executadas levando em conta as desigualdades de gênero, de classe, de raça e de expressão sexual”. (AVILA, 2003, p. 468).

Para Souza Santos (1994), propor políticas públicas específicas para mulheres exige estabelecer o sentido das mudanças, se as pretendemos como caráter emancipatório. Combater as desigualdades de gênero no contexto das desigualdades sociais implica em possibilitar cidadania ativa a partir do rompimento das desigualdades de gênero, sobretudo a partir da responsabilidade do Estado em redistribuir renda e qualidade de vida entre diferentes regiões, classes sociais, etnias, entre mulheres e homens etc.

A organização e as mobilizações das mulheres trabalhadoras rurais trouxeram para o Estado um conjunto de reivindicações, apontando a necessidade de dar respostas às questões colocadas. Desse modo, se por muito tempo as ações do Estado voltavam-se para um “cidadão indiferenciado”, a partir de 1985 começaram a surgir programas e projetos que visam incorporar componentes de gênero em suas ações juntamente como o processo de mobilização e reivindicação das mulheres rurais. O avanço nas últimas décadas das organizações rurais de mulheres vem se refletindo em diversas políticas direcionadas à população rural, mesmo que nem sempre sejam dirigidas especialmente para as mulheres, uma vez aplicadas acabam surtindo efeitos positivos para amenizar a situação de desigualdade social e de gênero. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Esse processo de organização, mobilização e participação social também ocorreu no Território do Sisal o que possibilitou o despertar e o engajamento das mulheres para reivindicarem seus direitos e usufruírem das políticas públicas conquistadas pelos movimentos de mulheres e demais movimentos sociais organizados no Território. A presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ichu enfatiza como a participação em movimentos sociais possibilitou a formação e informação das mulheres quanto a esses espaços e direitos no contexto da realidade em que ela atua, pois as mulheres passaram a ter conhecimento em relação às políticas públicas, situação desconhecida anteriormente.

A presença e participação feminina nos espaços públicos no Território do Sisal ocorreram por força do protagonismo das mulheres que acompanham orgulhosamente esse processo, inseridas como lideranças ou como parte ativa no contexto de mobilização. Uma das participantes da pesquisa, moradora da zona rural do município de Araci, descreve algumas das conquistas alcançadas e possibilitadas pela formação de grupos de produção, pela assistência técnica direcionada a esses grupos e pela participação no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, oriundos da agricultura familiar que está inserido na plataforma de governo de vários municípios.

Os principais avanços é perceber que as mulheres não tinham a sua renda... hoje conseguimos formar dez grupos no município de Araci, onde essas mulheres, esses dez grupos hoje, fornece para a alimentação escolar

com seus produtos da agricultura familiar, então gerou renda e também mudou a concepção de que alimentação, de que merenda era só industrializada, e que é a própria mãe que está produzindo esse alimento para o seu filho. (Lídia Maria, 33 anos, educadora, Araci/BA).

A participação nos movimentos sociais também propiciou um caminho de descoberta para as mulheres do Sisal, muitas delas encontraram novas perspectivas de vida a partir da mobilização social, como é o caso de Erenita Oliveira (68 anos, agricultora familiar, Valente/BA) que destaca a importância da sua atuação no trabalho social, ao afirmar: “Que toda minha vida, meu objetivo era ver o povo sair do sofrimento, é ter direitos iguais e a gente não tinha direitos iguais”. Alguns direitos, como aqueles direcionados às mulheres, ela reconhece que já apresenta avanços, mas ainda há muito a ser conquistado. Erenita que foi uma das fundadoras da APAEB no município de Valente, relata que no início as mulheres não tinham o direito de se associar, com a justificativa de que a filiação do homem já serviria para a mulher dele. A conquista do direito da mulher de ser sócia demandou muita luta, a qual só foi possível pela persistência.

Alguns espaços de liderança sempre foram restritos às mulheres mesmo sendo espaços abertos à sociedade civil, como é o caso dos sindicatos, das associações comunitárias, dentre as quais está a APAEB. Iracema Nery, atual presidente da entidade reafirma a informação de Erenita ao relatar que dentro da instituição existia um limite para ocupação dos espaços de liderança, assim uma mulher só tornou-se presidente da instituição depois de 32 anos de existência. Ainda assim, esse processo só aconteceu após muita perseverança e mobilização dos associados.

Iracema Nery reforça essa situação ressaltando que de tantas instituições importantes presentes no Território do Sisal a maioria dos cargos representativos é ocupado por pessoas do sexo masculino e questiona o fato de serem homens envolvidos nos movimentos sociais, na militância, que aparentam não possuir preconceito, no entanto, não abrem mão desses espaços em prol das mulheres. Por isso, ela justifica a sua luta por igualdade social e de gênero, por uma sociedade diferente, por uma sociedade em que todo mundo viva dignamente.

É perceptível que o protagonismo das mulheres que atuaram em prol de causas femininas colocando em pauta a discussão de gênero possibilitou muitos avanços, um deles foi a compreensão do próprio conceito de gênero, seus determinantes e condicionantes, favorecendo a percepção de discriminações relativas ao feminino, que até então eram naturalizadas socialmente. Uma das entrevistadas reconhece avanços na sua trajetória de vida e de muitas mulheres, mas afirma que o machismo ainda está presente nas famílias e em tantos outros espaços. “No início tudo era para os homens, onde tinha um espaço era para os homens, porque eles tinham mais oportunidades, porque eles podiam ser mais. As coisas eram mais difíceis para as mulheres, mas a partir do momento que comecei a participar tive uma visão diferente” (Silvanete, 39 anos, lavradora, Queimadas/BA).

A partir da análise das narrativas das entrevistadas pode-se perceber que o protagonismo das mulheres possibilitou novas perspectivas e caminhos para elas e para o território de modo geral, a partir da ruptura de estereótipos, preconceitos e normas pré-estabelecidas socialmente. “A participação da mulher no espaço público político favorece o questionamento das leis que sustentam o domínio masculino, alimentador das desigualdades entre homens e mulheres e abre caminhos ao surgimento de uma nova identidade feminina”. (FISCHER, 2006, p. 66).

Considerações finais

A memória individual e coletiva das mulheres do Território do Sisal traz aos dias atuais momentos vividos outrora em suas trajetórias de reivindicação e luta em prol de melhorias para as condições de vida das mulheres e do próprio território. Esse movimento de articulação teve início desde a década de 1970, com especificidades sobre as questões de gênero nos anos seguintes e muitas das conquistas alcançadas encontram-se novamente num contexto de luta diante da conjuntura política em que se encontra o Estado brasileiro nos dias atuais.

É sabido que há uma segregação da mulher em espaços e direitos e a luta contra essa subordinação é capaz de promover a organização de mulheres com perfil de liderança para a participação em atividades políticas, sejam formais, como cargos eletivos e prestação de serviços públicos e ou informais, como voluntariado, liderança comunitária, etc. O protagonismo dessas mulheres a partir da atuação política, ainda incipiente em várias instâncias, tem revelado ganhos significativos para a condição da mulher no Território do Sisal, principalmente como sociedade civil.

O engajamento nos movimentos e/ou na assunção de cargos em entidades possui muita relevância na vida das entrevistadas, elas destacam que foi por meio desses espaços que tiveram a possibilidade de transformar à própria realidade e a de muitas outras mulheres. Cada uma delas traz na descrição das suas trajetórias posições de garra e de inconformismo com algumas das situações de vida enfrentadas por suas companheiras de luta, o que as motivam na busca por recursos humanos, físicos, financeiros e políticas públicas para sanar as dificuldades locais que se apresentam especialmente para a mulher rural.

Ao considerar que o sentido de protagonista está intrinsecamente associado ao de quem assume o papel principal em uma determinada causa, àquele/a que exerce um papel decisivo e transformador, a trajetória de vida de cada participante entrevistada indica uma atuação de protagonismo. Romper com a invisibilidade da participação social da mulher e documentar suas trajetórias é uma das finalidades desse trabalho, para tanto, as mulheres que colaboraram com essa pesquisa representam um pouco de todas as mulheres que não puderam ser alcançadas por motivos variados, algumas “não reconhecidas”, outras porque partiram e ainda aquelas que desencontramos. Mulheres que acreditam

na luta como forma de conquista de uma melhor qualidade de vida de toda a população.

Apesar dos entraves dessa realidade, ainda dominada pelo machismo, existe esperança na luta pelos direitos das mulheres onde o autoconhecimento mostra-se como um caminho para transformar essa conjuntura e dar continuidade ao sonho de igualdade, onde homens e mulheres possam ser reconhecidos com base nas suas competências e ter o valor trabalho atribuído de forma justa, como também ocuparem os mesmos espaços de forma igualitária.

A participação de mulheres em movimentos sociais torna-se mais efetiva a partir da percepção de que suas demandas nem sempre eram atendidas dentro das frentes de cunho coletivo. Esse fator não implica no fato de elas deixarem de compor as lutas dos demais, mas a organização em função de pautas específicas lhes permitiu autonomia para demandarem os interesses da sua condição de mulher dentro do contexto social local em que estão inseridas.

No que diz respeito à luta e a conquista de políticas públicas, os movimentos sociais rurais têm um papel importante. Desse modo, pode-se afirmar que esses movimentos influenciam na redução de desigualdades entre os meios rurais e urbanos e favorece o acesso das mulheres aos direitos e às políticas públicas. Os movimentos específicos de mulheres rurais contribuem de maneira efetiva para a visibilidade feminina e suas reivindicações contribuem para a diminuição da desigualdade de gênero no campo.

A memória de uma trajetória de protagonismo das mulheres é evidente no Território do Sisal, não apenas pela sua mobilização e luta conjunta, mas por figurarem todos os desafios impostos pelas relações desiguais de gênero em um cenário áspero, palco de desafios constantes. Ao considerar as trajetórias, embates e táticas de mobilização das mulheres em determinados espaços de decisões locais e territoriais, observa-se a contribuição dessas em novas estratégias com relação à equidade nas relações de gênero e no exercício do poder em espaços decisórios. Dentro dos espaços públicos as mulheres adquirem formação, autonomia e renda. Inserem-se na economia de mercado, provocam uma reordenação da divisão sexual do trabalho, dividem as despesas da casa com o companheiro, quando há, ou provém financeiramente a casa. A transição de espaços possibilita o despertar para a conquista de pequenas liberdades diárias como: se expressar, fazer escolhas, traçar metas, (re)conquistar sua identidade e autoestima. Assim o Território do Sisal se reelabora e revela uma história marcada na memória coletiva dos registros de participação e atuação das mulheres.

Referências

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

ARO, D. T. **Mulheres assentadas**: da invisibilidade ao protagonismo. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Centro Universitário de Araraquara, Universidade de Araraquara, Araraquara, 2012.

- ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 19, v. 2, p. 465-S469, 2003.
- BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In.: FELDEMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos**. São Paulo: Global, 1987. 223 p.
- BASTERD, L. L.; PITANGUY, J. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003 -2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011. 436 p.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiрус, 1996.
- BUTTO, A. et al. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.
- CARMO, M. M. da S.; SILVA, M. L. C. da. **Participação das mulheres: gênero e política na Assembleia Legislativa de Pernambuco**. 2008. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública e Legislativa) - Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia de Garanhuns – FACETEG, Universidade de Pernambuco, Pernambuco, 2008.
- FERREIRA, V. O novo e o velho no trabalho das mulheres. In: SILVA, C.; ÁVILA, M. B. (Org.). **Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo**. - Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2005. 130p.
- FIRMO, C. S. **Desenvolvimento Territorial Sustentável e Gênero: O caso do Território Sisaleiro da Bahia**. 2010. 39 f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- FISCHER, Isaura R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.
- GHON, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.
- HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo. Centauro: 2006.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro - **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 1-28, jan./jun. 2006. ISSN 806-6755. Revista.fct.unesp.br. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1443-4191-1-PB.PDF>>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Rumo aos 50 anos “Compartilhando Experiências, Construindo Aprendizagens”**. Publicação comemorativa. MOC, 2015.
- MOCELIN, D. G. Movimentos sociais e movimentos sociais rurais. In: _____. **Organização social e movimentos sociais rurais** - Universidade

Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 96 p.

NORA, P. **Relms of Memory**: the construction of the French Past. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

OLIVEIRA, I. F. de; DIAS, A. B. Territórios de Identidade: principais dilemas do processo de gestão: o caso do Território do Sisal. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 2, p. 127-147, jul./dez. 2015. ISSN 2237-9029.

OLIVEIRA, M. V. L. de. “**Todas podem, desde que**”: uma análise das relações de gênero no território do sisal no semiárido baiano. Monografia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa – Bahia. 2012.

PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, UFSC/PPGSP, n. 21, jun. 2000.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAID, M. A. **Ser mulher no Brasil - Desenvolvimento e desigualdades de Gênero**. Um Campeão Visto de Perto. Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Berlin: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. 12 p.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298.

SILVA, S. L. da; OLALDE, A. R. O Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL: limites e possibilidades do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 44-71, maio/ago. 2010.

SILVA, S. B. de M.; SILVA, B.-C. N. **Estudos Sobre Globalização, território e Bahia**. 2. ed. Salvador: UFBA; Mestrado em Geografia; Departamento de Geografia, 2006.

SOUZA SANTOS, B. de. **Pela mão de Alice**: o social e o político na Pós-Modernidade. Porto: Editora Afrontamento, 1994.

ZAPATA, T. et. al. (Org.). **Desenvolvimento Local e Participação Social**. Recife: IADH, 2007.

